

# A RECONQUISTA COMO MISSÃO DO PRÍNCIPE CASTELHANO SEGUNDO A *PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA*

*THE RECONQUEST AS THE CASTILIAN'S PRINCE MISSION*

BY THE *PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA*

JÉMERSON QUIRINO DE ALMEIDA (\*)  
LIGIA CRISTINA CARVALHO (\*\*)

## RESUMO

O presente artigo analisa a *Primera Crónica General de España*, crônica castelhana produzida no século XIII sob a orientação de Afonso X, o sábio (1252-1284), rei de Castela-Leão, sendo esta uma obra de caráter histórico que, escrita em língua vernácula, insere a Espanha em uma história universal. Nosso estudo busca demonstrar como o *príncipe* castelhana é apresentado na fonte. Assim, debruçamo-nos em compreender como é tratada na referida obra a relação entre o rei e o reino – a convicção de que sua conduta proporcionava benefícios ou malefícios aos súditos e, em consequência, como os reflexos do *bom* e do *mau* governo repercutiam no movimento da Reconquista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idade Média. Reconquista Ibérica. Rei. Salvação.

## ABSTRACT

*This article analyzes the Primera Crónica General de España, spanish chronic produced in the thirteenth century under the direction of Alfonso X the Wise (1252-1284), king of Castile-Leon, a work of historical character written in the vernacular, which inserts Spain into a universal story. Our study seeks to demonstrate how the Castilian prince is presented in the source. Accordingly, we focused on understanding how such work is handled in the relationship between the king and the kingdom, the conviction that his conduct harms or benefits provided to the subjects and, therefore, the effects of good and bad government passed on to the movement of the Reconquista .*

**KEYWORDS:** Middle Ages. Iberian Reconquest. King. Salvation.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo analisamos o início da invasão muçulmana na Península Ibérica em 711, preocupamo-nos com a forma como o rei é apresentado na *Primera Crónica General de España* na referida passagem. Como objeto de estudo, destacamos o papel desempenhado pelo *príncipe* castelhana durante a Reconquista Espanhola.

Buscamos demonstrar que segundo a fonte o comportamento do *bom* rei rendia benefícios ao reino, em contrapartida, o *mau* governo era muito prejudicial aos seus súditos, o que teria provocado a queda do reino visigodo e,

---

(\*)Mestre em educação. Faz parte do grupo de Estudos e Pesquisa “Sociedade, História e Educação”-GEPSE/MS. Foi bolsista Capes (2012). Atualmente é docente do Centro Universitário de Jales (Unijales) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems). **E-mail: jemersonalmeida@yahoo.com.br.**

(\*\*)Mestre em História. Discente do Programa de Doutorado em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP/Assis). Bolsista Capes. **E-mail: licris2002@gmail.com**

consequentemente, a presença dos muçulmanos na Península Ibérica. Portanto, a *missão* do rei – segundo o imaginário da época – era recuperar o caminho da salvação de seu reino, o que só se efetivava através da boa conduta do monarca e o bom comportamento dos súditos. Ao recuperarem o caminho das “causas de Deus”, recebiam concomitantemente o apoio do mesmo e, sob a proteção de Deus, retomariam o território cristão, vencendo as batalhas travadas contra os muçulmanos.

Assim, procuramos evidenciar que a *missão* do monarca durante a *Reconquista* Ibérica não se fazia valer apenas no campo temporal, recuperando o território perdido aos seguidores do Islã, mas também na esfera espiritual, na qual o rei, como vigário de Deus na Terra e o primeiro dos *bellatores*, deveria reaver a “graça de Deus”. Tudo isso, por seu turno, fazia parte de um projeto maior arquitetado pelo monarca Afonso<sup>1</sup> X, o sábio: construir por meio do uso da escrita histórica, um projeto político que buscava promover a unificação ibérica e ao mesmo tempo centralizar o poder nas mãos do soberano castelhano.

#### A IDEOLOGIA DE RECONQUISTA NA PERSPECTIVA DE MANUEL GONZÁLES JIMÉNEZ

Antes de iniciarmos as discussões acerca do papel do rei no processo de Reconquista Ibérica é coerente observarmos alguns apontamentos relevantes para a compreensão do tema. Deste modo, torna-se necessário mensurar qual conceito de reconquista adotamos em nosso estudo.

A Reconquista da Península Ibérica foi um movimento que se desenvolveu ao longo de praticamente oito séculos, em que os reinos cristãos se lançaram em ofensivas contra os muçulmanos que ali chegaram ao ano de 711, e culminou com a expulsão definitiva dos mouros – como eram chamados os muçulmanos que ocuparam a Península Ibérica – em 1492, com a queda da cidade de Granada, último reduto muçulmano em território ibérico.

Ao longo dos anos, diversos estudos foram produzidos sobre o processo de Reconquista Ibérica, como a própria fonte que analisamos neste artigo, a *Primera Crónica General de España*, organizada pelo monarca Afonso X, o Sábio no século XIII. Na atualidade, muitas questões ainda cativam os pesquisadores, levando-os a questionar inclusive o próprio conceito de “reconquista”.

No artigo “Sobre la ideología de la reconquista”, Manuel Gonzáles Jiménez (2003, p.151) afirmou: “Dentre as várias questões importantes que se referem à

<sup>1</sup> Por vezes, neste artigo, encontramos o nome Afonso como Alfonso. Em nosso trabalho, adotamos a forma portuguesa Afonso, porém mantemos o Alfonso nas citações diretas e nos títulos das obras.

Idade Média peninsular em seu conjunto, nenhuma é mais debatida que o conceito e significado da reconquista”(tradução nossa)<sup>2</sup>. De modo geral, este debate girou em torno de uma questão: por que o movimento de recuperação do território ibérico, que foi ocupado pelos mouros no século VII, ficou conhecido como *Reconquista Ibérica*?

Buscando compreender essa questão alguns historiadores se debruçaram a estudar as origens de todo esse processo. Marcelo Vigil e Abilio Barbeiro demonstraram em um artigo chamado *Sobre las origens sociales de la Reconquista*<sup>3</sup> escrito em 1965, que os povos do norte eram primitivos e que não haviam sofrido romanização ou mesmo cristianização (JIMÉNEZ, 2003). Suas teses repercutiram no mundo acadêmico da época, pois se os povos do norte eram autóctones e, portanto, não sofreram influência romana ou cristã, eles não poderiam reclamar para si terras outrora romanas (Hispania) ou cristãs (reino Visigodo). Neste sentido não trataríamos de um movimento de reconquista, mas sim de conquista da Península Ibérica por povos que não antes a habitavam.

Segundo Jiménez (2003), Armando Besga (1983) defendeu em *La situación política de los pueblos del norte de España en la época visigoda*<sup>4</sup> exatamente o oposto ao que foi apresentado por Marcelo Vigil e Abilio Barbeiro (1965). Besga sustentava que Astúrias tinha origens tanto hispano como goda. Outros pesquisadores, como José Miguel Novo Guísan e Yves Bonnaz, compactuaram com os estudos de Besga afirmando que inúmeros traços culturais e políticos, que estavam presentes desde a sublevação de Pelágio, tinham estruturas visigodas. Jiménez (2003) sintetizou o pensamento dos autores da seguinte forma:

Em uma palavra, a restauração da ‘ordem dos godos’ ocorrida nos tempos de Afonso II não surgiu do nada: tal ordem, mesmo embrionária e imperfeita, havia estado presente em Astúrias desde os mesmos dias da sublevação de Pelágio contra os invasores muçulmanos. (JIMÉNEZ, 2003. p. 155, tradução nossa)<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> “De entre las varias cuestiones importantes que afectan a la Edad Media peninsular en su conjunto, ninguna hay más debatida que la del concepto y significado de la reconquista”

<sup>3</sup> Este artigo foi publicado primeiramente no *Boletín de la Real Academia de la Historia* em 1965 e posteriormente publicado pela editora Ariel, em Barcelona, no ano de 1974.

<sup>4</sup> “A situação política dos povos do norte da Espanha na época visigoda” (tradução nossa).

<sup>5</sup> “En una palabra, la restauración del ‘orden de los godos’ llevada a efecto entiempos de Alfonso II no surgió de la nada: dichoorden, de forma si se quiere embrionária e imperfecta, había estado presente en Asturias desde los mismos dias de la sublevación de Pelayo contra los invasores musulmanes.”

Para Jiménez, as discussões envolvendo as origens da *Reconquista* não foram inúteis, contribuindo para aprofundar os conhecimentos sobre os primeiros resistentes à dominação muçulmana. Sem dúvida, elucidaram novos caminhos e propuseram novos debates. Em sua análise, Jiménez trabalhou a perspectiva de vários autores, como Joaquín Costa, Sánchez Albornoz e Derek Lomax, entre outros. Ao último, ele atribui a compreensão do “verdadeiro” problema e, após citá-lo, sintetizou:

A reconquista em mãos de uns e de outros se havia convertido em um tópico retoricamente exaltado e objeto de culto ou em um desses conceitos que haviam de extirpar e combater. Creio que ambas posturas são igualmente errôneas, porque ambas adolecem do mesmo defeito: É o de reduzir a enorme complexidade do fato histórico da Reconquista, ou como queira chamá-la, a uma só de suas múltiplas facetas, a espiritual e religiosa no caso dos tradicionalistas, a material e econômica no caso dos historiadores marxistas.” (JIMÉNEZ, 2003. p. 155, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Seu argumento é reforçado ao esclarecer que a Reconquista não poderia ser compreendida como um movimento homogêneo, abraçado por todos os cristãos da Península Ibérica, e seu desenrolar foi consequência de diversos fatores. Jiménez recorre às palavras de Derek Lomax (1978),

Nem todos os cristãos abraçaram o ideal da reconquista da mesma maneira em todas as épocas, que a maioria tinha motivos distintos, que esta diversidade variava segundo os indivíduos, que o poder político era visto como uma mescla de fatores militares, econômicos, religiosos, demográficos, e outros, e que a reconquista poderia ocorrer por outros meios além da guerra. (LOMAX *apud* JIMÉNEZ, 2003, p. 152, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Devemos compreender que o termo Reconquista vinha sendo usado pelos historiadores sem grandes controvérsias e, após a segunda metade do século XX, se converteu em um grande problema a ser debatido pela historiografia Ibérica. Tal discussão nos permitiu entender que a Reconquista do território cristão, que fora ocupado pelos muçulmanos, se iniciou desde os primeiros anos da invasão. Os cristãos jamais sucumbiram totalmente aos Mouros e a presença de elementos

<sup>6</sup> “La reconquista en manos de unos y de otros se había convertido en un tópico retóricamente exaltado y objeto de culto o en uno de esos conceptos que había que extirpar y combatir. Creo que ambas posturas son igualmente errôneas, porque ambas adolecen del mismodefecto: El de reducirla enorme complejidad lhecho histórico de la Reconquista, o como quiera llamársela, a una sola de sus múltiples facetas, la espiritual y religiosa en el caso de los tradicionalistas, la material y económica, en el caso de los historiadores marxistas.”

<sup>7</sup> “No todos os cristianos abrazaron el ideal de la reconquista de la misma manera en todas las épocas, que la mayoría tuvo motivos distintos, que esta diversidad variaba segúnlos individuos, que el poder político se consideraba como una mezcla de factores militares, económicos, religiosos, demográficos, y otros, y que la Reconquista podía llevarse a efecto por otros médios además de la guerra”.

visigodos e romanos no norte da Península caracterizam o movimento como de Reconquista por meio da reivindicação de nobres, descendentes dos antigos reis visigodos, pela recuperação de suas antigas terras. Esta é a conceituação que adotamos em nosso artigo. Mesmo que os cristãos tenham se restringido à defesa nos primeiros séculos de ocupação islâmica, para nós o movimento é entendido como de reconquista.

#### AFONSO X, O SÁBIO DE CASTELA E LEÃO (1252-1284)

Afonso X, o sábio, rei de Castela-Leão (1252-1284) era filho de Fernando III, o santo (1217-1252), e Beatriz da Suábia<sup>8</sup>. Assumiu o trono de Castela-Leão após a morte de seu pai em 1252. Seu reinado foi marcado por inúmeros conflitos. Dentre as principais escaramuças em que o rei esteve envolvido, destacamos: os desacordos com a própria monarquia castelhana e com outros reinos cristãos da Península Ibérica; a promoção de uma cruzada na África; a continuidade dos embates contra os mouros no processo de *Reconquista*- embora, tenha ocorrido uma redução das ofensivas contra os reinos muçulmanos da Península Ibérica em sua época; e a tentativa de obtenção da coroa do *Sacro Império Romano Germânico*. Apesar de toda sua influência política<sup>9</sup>, Afonso X fracassou em seu projeto imperial, abandonando definitivamente, em meados da década de 1270, suas pretensões de se sagrar imperador. Embora o rei Afonso X não tenha entrado para a história como um importante imperador e os embates que elencamos antes tenham tomado demasiado tempo do monarca castelhana, seu reinado ficou conhecido principalmente pelo fomento a uma vasta produção cultural. Tal ponto é relevante, pois a obra afonsina calçou as bases de diversos projetos que com o tempo ajudaram a formar a Espanha moderna.

As obras de Afonso X abrangem assuntos variados, astrologia, direito, história, poesias e canções. Destacam-se, pelo caráter inovador para a época dessas

---

<sup>8</sup>Isabel de Hohenstaufen, conhecida nos reinos de Castela e Leão como Beatriz da Suábia (1202-1235), foi rainha consorte de Leão e Castela pelo seu casamento com Fernando III de Leão e Castela. Era filha de Irene Angelina de Constantinopla e de Filipe, duque da Suábia, rei da Germânia e rei dos Romanos, neta do imperador germânico Frederico Barba - ruiva. À frente, Afonso X fez uso de sua descendência na tentativa de legitimar a candidatura ao trono imperial.

<sup>9</sup>A este respeito cabe ressaltar que Afonso X era descendente de Afonso VII, o imperador, e possuía também ampla relação de parentesco com diversos outros monarcas, o que legitimava sua candidatura ao título de imperador, como ilustra Jaime Estevão dos Reis (2007): “Alfonso X era, não por acaso, sobrinho do imperador Frederico II (1220 – 1250) e primo do rei Luis IX, da França (1226 – 1270), cunhado de Eduardo I, da Inglaterra (1272 – 1307), genro de Jaime I, de Aragão (1213 – 1276), e sogro de Alfonso III, de Portugal (1245 - 1279)”.

produções, a tradução do alfabeto árabe e da Bíblia (MIGUEL, 1997)<sup>10</sup> para o castelhano, inserindo suas obras “no grande movimento de florescimento, nos séculos XII e XIII, das literaturas em língua vulgar, que fazem frente ao latim, considerado a língua erudita desde a época carolíngia” (CARVALHO, 2009, p.39). As obras de maior relevância na produção afonsina são: as *Cantigas de Santa Maria*, compostas em língua galego-portuguesa, *Las siete Partidas (As sete partes)*, obra de caráter jurídico e, também, a Primeira Crônica Geral da Espanha, nosso objeto de estudo.

Segundo Adailson José Rui, Afonso X passou a questionar os escritos sobre o passado, confrontando fontes e assim desenvolvendo uma nova metodologia. Não em vão, seus contemporâneos lhe atribuíram o título de “o sábio”, para Reis (2007).

No campo do saber Alfonso X não teve, seguramente, rival entre os seus contemporâneos. Intelectual e poeta, cercou-se de artistas, poetas, tradutores, juristas e outros letrados, aos quais encomendou e coordenou uma grandiosa tarefa cultural, que resultou na produção de obras de caráter literário, histórico, científico, artístico e jurídico, sem paralelo em qualquer outra parte da Europa do século XIII. Com justa razão foi chamado de “o Sábio”, e os historiadores contemporâneos atribuem-lhe ainda o título de “imperador da cultura” e de “patrono das letras e do saber” (REIS, 2007, p. 11).

Como exposto na citação, Afonso X não produzia suas obras sozinho, contava com a ajuda de um grupo de estudiosos - colaboradores, copistas, tradutores, miniaturistas e músicos (MIGUEL, 1997, p.13) - que, sob o comando do monarca castelhano ficou conhecido como *escuela Afonsina*. Reunidos na cidade de Toledo, um dos vários centros de saber<sup>11</sup> da Península Ibérica, Afonso X e seus auxiliares empenhavam-se em suas tarefas. Segundo Pedrero-Sánchez (2000) este era o ofício preferido do monarca:

Toledo é, sobretudo, o lugar onde o rei se dedica a sua tarefa preferida, a cultura. E, se é certo que Afonso se servia de colaboradores, também é que o próprio rei participava diretamente na direção e redação de suas obras. Na hora do trabalho mais delicado não delegava a ninguém, pois a seleção dos livros mais verdadeiros ou melhores era dele, como também a responsabilidade de selecionar todos os fechos destacados ou de solicitar uma nova tradução quando não ficava satisfeito com a que se lhe apresentava. (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 200).

<sup>10</sup> Nicasio Salvador Miguel, no texto *El Intelectual*, demonstra a precocidade da produção de Afonso X: [...] antes de su acceso al trono (Afonso X) patrocina la traducción a la lengua vulgar de la Biblia [...]. (MIGUEL, 1997, p. 12).

<sup>11</sup> A este respeito ver: PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. O saber e os centros de Saber nas Sete Partidas de Afonso X, o Sábio. In: BONI, L.A. (org.). **A Ciência e a Organização dos Saberes na Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 191- 210.

Dentre as obras cuja autoria é atribuída ao monarca Afonso X encontra-se a *Primera Crónica General de España*, também conhecida vulgarmente como *História de España*.

*PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA*

A História da Espanha de Afonso X foi produzida no século XIII, provavelmente compilada entre as décadas de 1260 e 1290, o que permeia quase todo o seu reinado, se estendendo ao reinado de seu sucessor Sancho IV (1284-1289). Em sua obra histórica Afonso X, “registra a história de uma coletividade, cujos integrantes seriam não só os cristãos, mas também os judeus e os mouros, identificados como um povo que ocupava um território definido e tinha uma história comum” (RUI, 2000, p.213).

Para a composição da crônica o monarca reuniu diversas obras. No início do seu primeiro volume destaca-se a seguinte informação: “mandamos juntar quantos livros possamos ter de estórias que em alguma coisa contassem dos feitos da Espanha”(PIDAL, 1955, p. 4, tradução nossa)<sup>12</sup>. Dentre as fontes utilizadas são destacadas as seguintes: *Heroidas* de Ovídio, *Farsália* de Lucano e *A vida dos doze Césares* de Suetônio. Também se acredita que foram utilizados textos e crônicas cristãs, moçárabes<sup>13</sup> e muçulmanas.

Alguns textos são citados diretamente na *Primera Crónica General*, os escritos de Rodrigo Jiménez de Rada<sup>14</sup>*De Rebus hispaniae*<sup>15</sup>, obra concluída em 1243, e a *Chronicon Mundi*<sup>16</sup> de Lucas de Tuy<sup>17</sup> de 1236, além de com frequência citar autores como Paulo Orósio, São Jerônimo e Isidoro de Sevilha, assim como

<sup>12</sup> “mandamos ayuntar quantos libros pudimos auer de istorias en que alguna cosa contassem de los fechos d’ Espanna”

<sup>13</sup> Os *moçárabes* eram cristãos que viviam em terras muçulmanas. Segundo Azevedo: “Trata-se de populações de raiz cultural românica que ficaram isoladas, sob o domínio muçulmano, em relação aos cristãos do Norte, tendo-lhes sido, no entanto, concedida uma certa autonomia (se bem que controlada) de tipo administrativo, religioso e linguístico, o que impediu a sua total arabização (AZEVEDO, 2005, p. 80,81). Além dos *moçárabes*, também existiam na Península Ibérica os *muladis*, cristãos convertidos ao islã, os *mudéjares* ou *mouriscos*, muçulmanos em terras cristãs, e os *conversos*, judeus ou muçulmanos convertidos ao cristianismo.

<sup>14</sup> Também conhecido como Ximenez de Rada foi arcebispo de Toledo. A obra citada foi traduzida para o castelhano e continuada por Dom Gonzalo de la Hinojosa, Bispo de Burgos, e a frente por um anônimo em 1430.

<sup>15</sup> Também conhecida como Historia gótica ou Crónica del toledano.

<sup>16</sup> Trata-se de uma história universal e peninsular que abarca desde a criação do mundo até 1236.

<sup>17</sup> Clérigo e intelectual leonês também conhecido como el tudense foi defensor da causa de Isidoro de Sevilha.

poemas épicos - cantares e romances - e relatos oriundos da tradição oral e da Bíblia (PIDAL, 1955).

Os manuscritos originais da obra se perderam no decorrer do tempo, a versão da *Primera Crónica General* que utilizamos nos dias de hoje foi publicada por Ramón Menéndez Pidal<sup>18</sup> em 1906. No decorrer do século XX ocorreram reimpressões e a edição que temos em mãos é uma versão de 1955. Em nota ao leitor, Pidal (1955) afirma que, “Não faltam edições antigas desta obra” (tradução nossa)<sup>19</sup>, porém, as obras eram muito “deficientes” contendo inúmeros erros e, até mesmo, a omissão de um reinado inteiro (PIDAL, 1955). No final de sua nota o autor salienta: “Mediante esta averiguação prévia, espero na presente publicação ter acertado em oferecer a *Primera Crônica Geral da Espanha* livre de grandes interpolações [alterações] e arranjos de toda classe que sofreu no transcurso do tempo”(PIDAL, 1955, p. 4, tradução nossa)<sup>20</sup>. No segundo volume da obra o autor elenca as fontes de cada capítulo da *Primera Crónica General* e também fornece um índice onomástico.

A crônica inicia-se com um prólogo que traz o seguinte título: “Aqui começa a História da Espanha que fez o muito nobre Dom Afonso, filho do nobre rei Dom Fernando e da rainha dona Beatriz” (tradução nossa)<sup>21</sup>. Após o prólogo que enaltece o monarca Afonso X, a obra apresenta Moisés e narrativas que inserem a Hispânia numa história universal, o tomo I termina relatando a queda de *Espanna* frente aos mouros. O início do tomo II “começa com o rei Pelagio que foi o primeiro rei de Leão” (tradução nossa)<sup>22</sup>, um dos propulsores da resistência cristã ante as invasões mouras, e acaba após apresentar o reinado do pai de Afonso X, Fernando III, o santo, no qual se efetivou a supremacia cristã no processo de Reconquista Espanhola.

Segundo Reis (2007) foi Fernando III que iniciou a consolidação territorial castelhana, porém, Afonso príncipe herdeiro,

Teve uma participação efetiva, atuando nas campanhas militares contra os muçulmanos e estabelecendo acordos e tratados de rendição. Ao ascender ao trono de Castela, Afonso X deu continuidade à política de ampliação e consolidação do território e ao projeto de unificação jurídica esboçado por seu pai. (REIS, 2007, p. 20)

18 Nascido em 1869 e morto em 1968, foi filólogo, historiador, folclorista e medievalista espanhol.

19 “No falta edición antigua de esta obra”

20 “Mediante esta averiguación previa, espero en la presente publicación haber acertado á ofrecer la Primera Crónica General, libre de las grandes interpolaciones y arreglos de toda clase que sufrió con el trascurso del tiempo”

21 “Aqui se comienza la Estoria de Espanna que fizo el muy noble Don Alfonso fijo Del noble Rey Don Fernando et de la reyna Donna Beatriz”.

22 “escomienza em el Rey Pelayo que fue el primero Rey de Leon”.

Embora sua obra jurídica seja a *Lassiete Partidas*, ao compor a *História de Espanha*, o rei deu um importante passo na tentativa de solidificar a política iniciada por seu pai. Seus escritos em castelhano ampliaram o alcance de sua obra, pois, o fato de escrever em língua vulgar permitiu que fossem lidos também por cavaleiros, burgueses e outros que não dominavam o latim.

#### O REI COMO ESPELHO PARA O REINO

A *Primera Crónica General* incorporou as lamentações pela queda da *Hispania*, presentes nas crônicas antecessoras a de Afonso X – tais lamúrias iniciam-se por volta do final do século IX e princípios do X<sup>23</sup>. As lástimas pela queda da *Espanna* frente aos muçulmanos buscavam legitimar o movimento de *Reconquista*, tendência que certamente influenciou na composição da obra de Afonso X. Desta forma, a *História de España* apresenta as derrotas cristãs como um castigo de Deus. A invasão muçulmana foi interpretada pelos cristãos como uma resposta à má conduta da monarquia visigoda corroída pela luxúria, pela inveja e pelos prazeres da carne.

Esses males teriam sido as causas da perda do território cristão para o Islã. Conforme lemos na fonte, o rei Witiza era um pervertido, obcecado por sexo e seus pecados teriam levantado a ira de Deus sobre *Espanna*. Rodrigo, seu sucessor, deu continuidade às extravagâncias do reinado anterior e, a este respeito, a obra expõe a ofensa moral do rei Rodrigo, que maculou Florinda, filha de conde *Julian*, importante membro da aristocracia visigoda,

O conde Juliano era um grande fidalgo, e vinha de grande linhagem da parte dos godos [...] ocorreu que teve que ir este conde Juliano do qual falamos a terra da África por ordem do rei Rodrigo; e ele estando lá, tomou o rei Rodrigo a sua filha a força, e ‘dormiu’ com ela, e antes disso já havia sido dito que ele havia de se casar com ela, mas isso ainda não tinha acontecido. Alguns dizem que foi a mulher – a esposa de Juliano- que ele forçou, mas independente de quem foi, deste fato levantou-se a destruição da Espanha e da Gália Gótica. (*PRIMERA*, 1906, p.308, tradução nossa)<sup>24</sup>

Como observamos na citação, o fato de o rei Rodrigo macular Florinda teria levado a Espanha e a Gália Gótica à destruição, portanto, não foi *Julian*, ao fomentar

<sup>23</sup> A este respeito ver NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **A reconquista Ibérica**: A construção de uma ideologia.

<sup>24</sup>“El cuende Julian era un grand fidalgo, et uinie de grand linnage de partes de los godos [...] Auino assi que ouo de yr este cuende Julian de que dizimos a tierra de Africa em mandaderia del rey Rodrigo; e ell estando Allá enel mandado, tomolelrey Rodrigo aç a lafija por fuerça, et yogolconella; e ante desto fuera yafablado que auie el de casar com ella, mas non casara aun. Algunos dicen que fue La muger et que gela forço; mas pero destas dos qualquier que fuesse, deste se leuanto destruimiento de Espanna et de La Gallia Gothica”.

a invasão junto aos mouros, o grande culpado pela derrota cristã, mas sim, a *má* conduta do monarca, que fez com que Deus castigasse o reino visigodo, reino este que há muito tempo sofria com seus problemas internos, pois, se não bastasse a luxúria, também a sede de poder corrompia a monarquia visigoda.

As brigas internas, geradas pelas disputas de poder, contribuíram para o “assolamento” do reino visigodo. A *Espanna* descrita na *Primera Crónica General* como *Paraíso de Deus* (PRIMERA, 1906, p.311), caiu em desgraça em função da desobediência de seus próprios habitantes, os quais pegaram em armas uns contra os outros. Desta forma, ao se portar mal, os monarcas visigodos refletiam ao reino seus péssimos exemplos de conduta. A este respeito, no capítulo *Loor de España*, encontramos a seguinte passagem:

[...] este reino (Espanha) tão nobre, tão rico, tão poderoso, tão honrado, foi derrubado e estragado numa arremessa de desobediência dos da terra que tornaram suas espadas em si mesmo uns contra os outros, assim como se faltassem inimigos; e perderam todos, pois todas as cidades da Espanha foram tomadas pelos mouros e saqueadas e destruídas pelas mãos de seus inimigos. (PRIMEIRA, 1906, p.312, tradução nossa)<sup>25</sup>

A Crônica também chama a atenção para as dissensões na sucessão do trono visigodo que acarretaram a “ira” de Deus sobre o próprio povo visigodo, e seu respectivo abandono perante os invasores muçulmanos:

[...] Alguns foram alçados reis por aclamação, alguns por traição e morte de seus irmãos ou de seus parentes, não guardando a verdade nem o direito que deveriam aqui guardar por queixa de ganhar o senhorio mal e erroneamente como não deveriam, por onde os outros homens que foram e também em seus tempos deles formaram e com eles semearam-lhes os pecados; e por esta razão avivou-se a ira de Deus sobre eles, e a terra que os mantiveram e os protegeram até aquele momento os desamparou [...]”. (PRIMERA, 1906, p.314, tradução nossa)<sup>26</sup>

As passagens referidas buscam demonstrar que segundo a fonte medieval a fé nos preceitos cristãos estava à frente de qualquer aspecto, seja ele social, econômico ou político. Segundo a crônica, os males sofridos pelo povo da *Espanna* eram

<sup>25</sup>[...] este regno (Espanna) tannoble, tan rico, tan poderoso, tanonrrado, fue derramado etastragadoen una arremessa por desabenencia de los de latierra que tornaron sus espadas en si mismos unos contra otros, assi como si lês minguassem enemigos; et perdieron y todos, ca todos lascibdades de Espannafueron presas de losmoros et crebantadas et destroydas de mano de sus enemigos.”

<sup>26</sup>[...]Algunos fueron alçados reys por aleue, algunos por traycion de muerte de sus hermanos o de sus parientes, non guardando la verdad ninel derecho que devieran y guardar por queixa de ganarel sennorio mal et torticieramientre como non deuien, por ende los otros omnes que fueron otrossien sus tiempos dellos formaron se conellos et semeiaron lês enlos peccados; e por esta razon auivou se layra de Dios sobr ellos, et desamparo les la tierra que les mantouiera et guardara fasta alli [...]”.

oriundos da má conduta de seus líderes que, ao caírem em desgraça, levaram consigo todo o reino.

Se a má conduta do rei trazia desgraças e sofrimentos ao reino, a boa conduta proporcionava o fortalecimento do reino mediante vitórias contra os inimigos. Esta é a *missão* do monarca durante a Reconquista Espanhola, ou seja, o *bom* comportamento do rei deveria conduzir o povo da *Espanna* ao caminho da salvação e sua remissão lhes proporcionaria a recuperação do território cedido aos invasores muçulmanos. A crença na fé cristã alimentava o soberano e seus súditos diante do combate, como ocorreu com Pelágio em princípios da resistência cristã frente aos mouros. Segundo a *Primera Crónica General*, após ter sido cercado pelos muçulmanos e estar em condições adversas, o rei Pelágio suplica aos céus:

E eu acredito na misericórdia de Jesus Cristo, e não dou nada por esta enorme companhia com que vens e nem a temo, pois nós os cristãos estamos diante do Deus que cremos e confiamos e colocamos na virgem gloriosa Santa Maria, sua mãe, que seremos salvos e livres pelo pedido dela, e ela ajudando-nos por que é mãe de misericórdia, acreditamos que com estes poucos que aqui somos, vingaremos todos os godos que se perderam, assim como dos poucos grãos se formam muitas messes [ceifas, colheitas]. (*PRIMERA*, 1955, p.323, tradução nossa)<sup>27</sup>

A súplica de Pelágio resulta positiva; conforme a narrativa, os mouros iniciaram o ataque, lançando contra os resistentes cristãos pedras e flechas, porém, foram surpreendidos pela *virtude de Deus* que reverteu o ataque:

[...] pela verdade de Deus tornavam-se em eles mesmos e matavam-nos; e pelo juízo de Deus e por este milagre tão novo que dizemos morreram ali mais de vinte mil mouros, e os que escaparam dali ficaram atordoados de forma que não se conheciam. O rei Dom Pelagio quando viu isto, louvou muito o poder de Deus e a sua grande recompensa (auxílio); desta maneira encheu o coração de força (entusiasmou-se) pela graça de Deus, e saiu da cova com aqueles que com ele estavam [...]. (*PRIMERA*, 1955, p.323, tradução nossa)<sup>28</sup>

Esta passagem demonstra que, se os cristãos se pautassem segundo os princípios do cristianismo, Deus não lhes faltaria, por maiores que fossem as

<sup>27</sup>“E yo fio en la misericórdia de Jhesu Cristo, et non do nada por aquesta grandcompannacon que tu uienes ninla temo, ca nos los cristianos a uemos ante Dios que creemos et fiamos et ponemo senel la uirgien gloriosa Sancta Maria su madre que seremos saluos et libres por el suruego della, e el laaydando nos porque es madre de misericórdia, creemos que com estos poços que aqui somos que cobraremos toda layente de los godos que es perduda, assi como de los poços granos se crianlas muchas miesses.”

<sup>28</sup>“[...] por lauertud de Diostornauanse en elhos mismos et matauanlos; e por eliuyzio de Dios et por este miraglo tannueu o que dízimos moriron alli mas de ueynte mill de los moros, elos que escaparon dalli fueron de guisa bueltos es toruados que non sabien de si parte nin mandado. El rey don Pelágio quando esto uio, lo o mucho el poder de Dios et las ugrand merced; desi cobro coraçon et fueça por lagracia de Dios, et salio de la cueua con aquellos que con eles tauan [...]”

dificuldades, visto que estar com Deus seria estar do lado vencedor. Dentre exemplos de boa conduta e respectivas vitórias contra os muçulmanos que estão presentes na obra, podemos mencionar os reinados de Afonso, o Católico e Afonso, o Casto. O primeiro é apresentado na *Primera Crónica General* da seguinte forma:

Este rei dom Afonso foi chamado pelo sobrenome católico porque guardou bem firmemente os mandamentos da fé católica, e avivou e esforçou todos os cristãos por seus bons exemplos em guardar a santa lei, e por isto que ele fazia era muito amado por todos [...] Este rei dom Afonso juntamente com seu irmão Dom Fruela lutou muitas vezes com os mouros, e os venceu sempre, e ganhou muitas cidades que eles tinham, e devolveu-as ao poder dos cristãos [...]. (PRIMERA, 1955, p.329, tradução nossa)<sup>29</sup>

A vitoriosa campanha de Afonso, o católico, deixa claro que a reconquista dos territórios invadidos dependia da conduta de seu soberano que, ao agir com bravura e benevolência, instigava os súditos a se empenharem nas batalhas. Ao expor Afonso, o Casto, a *Primera Crónica General* apresenta outra virtude do *príncipe* cristão, a castidade:

Este dom Afonso era filho do rei dom Fruela; e sendo homem de grandes virtudes e de castidade e de piedade, nunca quis em toda a sua vida ter companhia ou aliança com mulheres; mas todo seu tempo quis viver limpamente; e por isso mereceu ser chamado dom Afonso o casto. E este é o segundo dom Afonso. Este rei dom Afonso teve muitos enfrentamentos com os mouros, e sempre venceu. E depois que ele os venceu por muitas lutas e batalhas, acalmou (pacificou) sua terra, e a retirou do medo que antes existia, a defendeu muito bem. (PRIMEIRA, 1955, p.329, tradução nossa)<sup>30</sup>

A castidade e a virgindade<sup>31</sup> enalteciam a conduta do soberano, refletindo diretamente em benefícios ao reino. Estes preceitos tinham por meta formar o *bom* rei, comprometido com as causas de Deus e empenhado em sua *missão*, que se manifestava, especificamente no caso da Península Ibérica, na defesa da fé, do povo e

<sup>29</sup>“Este reydon Affonso fue llamado por sobrenome catholico por que guardo bien et filmi entre los mandados de la fecatholica, e auiuo et esforço todos los cristianos por sus buenos exiemplos en guardar las anctaley, et por esto que elfazie era mucho amado de todos [...] Este rey don Affonso en uno consu hermano don Ffruela lidio muchas vezes con los moros , et uencio los siempre, et gano muchas cibdades de las que ellos tenien, et torno las en poder de los cristianos[...].”

<sup>30</sup>“Este don Alffonso fue fijo del rey don Ffruela; e seyendo omne de grand uertud et de castidad et de piedad, nunqua quiso en toda su uida auer companna nina llegança con migier; mas todo su tiempo quiso beuir limpiamientre; e por en demerescio de seer llamado don Alffonso el casto. Et este el segundo don Alffonso. Este rey don Alffonso ouo muchas batalhas con moros, et siempre uencio. E pues que los ellouo de si a longados por muchas lides et batalhas, assesego su tierra, et sacola del miedo en que antes estaua, et deffendio la mui bem.”

<sup>31</sup>Tendo como base a obra Castigos e documentos, que foi elaborada no final do século XIII na corte de Sancho IV, rei de Leão e Castela (1284 a 1295). Adailson José Rui constata que: “Sendo casto no pensamento e na prática, o homem atinge a santidade, aproximando-se mais de Deus. Aproximação que também é alcançada com a preservação da virgindade”. (RUI, 2010, p.06).

do território cristão, outrora submetido aos “infiéis”. O rei, na função de vigário de Deus na terra, deveria recuperar o território perdido durante a invasão muçulmana.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Idade Média os instrumentos de educação do *príncipe* (alguns deles conhecidos como *espelhos de príncipes*) buscavam construir um rei líder que conduzisse seu povo ao caminho da salvação. Tal estrutura se apoiava na ideia de um *rex imago dei*, o rei como a imagem de Deus. De acordo com Jaques Le Goff, “O caráter cristão do rei medieval enriquecerá sua imagem de importantes referências bíblicas. Os reis da história medieval são cópias dos reis do antigo testamento” (LE GOFF, 2002. p. 395). Portanto, havia a preocupação em se idealizar um rei no qual o povo pudesse se espelhar. Neste sentido, devemos refletir sobre a pessoa do rei.

Na obra *Os Dois Corpos Do Rei*, Ernest Kantorowicz discute a relação entre o corpo natural e o corpo político do rei. O corpo natural seria um corpo comum ao de todos os homens, vulnerável, “sujeito a paixões e a morte”, já o corpo político seria imortal, incorruptível, perfeito. Kantorowicz cita um caso jurídico onde o juiz profere que o corpo político estava intrinsecamente ligado ao reino: “ele (o rei) e seus súditos em conjunto compõem a corporação [...] e ele é incorporado com eles, e eles com ele, ele é a cabeça, e eles os Membros, e ele detém o governo exclusivo deles [...]”. (KANTOROWICZ, 1998. p. 24-25). Desta forma, a visão orgânica do autor sustenta que o rei seria a cabeça, e que a cabeça guiaria o corpo. Portanto, o rei deveria conduzir o reino, ou seja, mostrar aos súditos por meio de seu bom comportamento o caminho da salvação.

O rei medieval seria o primeiro dos *bellatores*, suas armas deveriam ser usadas em favor da Igreja e para proteger o seu povo. Segundo Jaques Le Goff (2002, p. 408),

Os dois grandes ideais que se espera que o rei faça predominar em seu reino são a paz e a justiça. Esses dois termos têm conotação escatológica. Representam o fim para o qual deve tender a humanidade de maneira a apresentar-se no Juízo Final em condições de ser salva.

Ao analisar um poema de Adalberão de Laon, Georges Duby também constatou o duplo caráter da missão do rei cristão. Segundo Duby: “Para desempenhar o seu duplo papel de legislador e de pacificador, o rei deve utilizar as suas duas naturezas, deve vingar, punir, dominar, se necessário com violência, mas também com reflexão, prudentemente, para que a ordem seja respeitada” (DUBY, 1982. p. 61). Segundo Duby a pessoa do rei cristão era dotada de duas naturezas, velhice e juventude. Porém, não devemos pensar apenas na idade, e sim buscar

entender que: “Qualquer que seja o número de anos, velhice e juventude definem duas formas de comportamento na vida, na ação, no caminho para a salvação” (DUBY, 1982. p. 61). Portanto, o rei deve mesclar suas duas naturezas, utilizando a força e a coragem da juventude em sua função de *bellator*, e a sapiência da velhice para conduzir o reino.

Outro escritor medieval que Duby apresenta em seu trabalho é João de Salisbury. Para Duby, este autor sabia “ver o real e falar dele” e elencou em uma obra chamada *Policraticus* os deveres do bom rei: “proteger o Estado contra a perfídia (entendemos: a heresia), venerar o sacerdote, combater as injustiças de que são vítimas os pobres, manter a paz no país e dar, se preciso for, o seu sangue pelos camaradas, conforme o juramento convida a fazer” (DUBY, 1982. p. 291,292). Estes elementos tinham por meta compor o bom governo. Segundo Marilena Chauí: “A teoria do bom governo depositava na pessoa do governante a qualidade da política e faz de suas virtudes privadas virtudes públicas. O príncipe encarna a comunidade e a espelha, sendo por ela imitado tanto na virtude como no vício” (CHAUÍ, 2008. p. 361). Nesse sentido, o bom governo era aquele que refletia aos súditos o bom comportamento. Incontestavelmente para o homem do medievo, o rei deveria acima de tudo se portar bem - pois suas más ações seriam trágicas ao reino-, espelhar-se na pessoa de Cristo e se entregar ao martírio se preciso fosse para obter a sua redenção e a salvação de seu reino.

Diante do exposto, nosso estudo buscou demonstrar que a missão do soberano ibérico ao liderar a Reconquista, de acordo com a *Primera Cronica General*, não se restringia apenas ao campo material – secular – mas, acima de tudo, que a Reconquista se efetivava na esfera espiritual, ou seja, a missão do monarca cristão era recuperar o “caminho da salvação”. Assim, Afonso X promoveu por meio de sua obra (que não se restringe apenas a *História de España*) a legitimação do poder real e da soberania castelhana sob os demais reinos ibéricos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. **Os muçulmanos na Península Ibérica**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

AZEVEDO, MARIA LUÍSA SEABRA MARQUES DE. **Toponímia moçárabe no antigo condado conimbricense**. Coimbra, 2005. 669 f. Tese (doutorado em Línguas e Literaturas Modernas) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARVALHO, Ligia Cristina. **O amor cortês e os Lais de Maria de França**: um olhar historiográfico. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de Ciências Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

JIMENEZ, Manuel Gonzáles . “Sobre La ideologia de La Reconquista: Realidades y Tópicos”. Memória, Mito y Realidade en la Historia Medieval. In: XII SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVALES, 2002, **Atas...** Logroño: Gobierno de La Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 2003.

KANTOROWICZ Z, Ernest. **Os Dois Corpos do Rei**: Um estudo sobre teologia política Medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, J.; SCHIMITT, J-C (Coord). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MIGUEL, Nicasio Salvador. El Intelectual. In: VALDEÓN, J. Salvador et al. **La España de Alfonso X**. Caderno história 16. Madri, 1997.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **A reconquista Ibérica**: A construção de uma ideologia. Disponível em <[http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&aq=oh&oq=a+reconquis&hl=pt-BR&ie=UTF8&rlz=1T4GGLR\\_ptBRBR273BR273&q=a+reconquista+ib%3%a9rica+carlos+nogueira](http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&aq=oh&oq=a+reconquis&hl=pt-BR&ie=UTF8&rlz=1T4GGLR_ptBRBR273BR273&q=a+reconquista+ib%3%a9rica+carlos+nogueira)>. Acesso em: 10 dez. 2009.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. O saber e os centros de Saber nas Sete Partidas de Alfonso X, o Sábio. In: BONI, Luiz Alberto de. (org.) **A Ciência e a Organização dos Saberes na Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Península Ibérica**. Entre o Oriente e o Ocidente Cristãos, Muçulmanos e Judeus. São Paulo: Atual, 2002.

**PRIMERA** Crónica General de España que mando componer Alfonso el Sábio y que se continuaba bajo Sancho IV en 1289. MENENDEZ PIDAL, R.(Ed.) Madrid: Gredos, 1955.

**PRIMERA** Crónica General de España que mando componer Alfonso el Sábio y que se continuaba bajo Sancho IV en 1289. MENENDEZ PIDAL, R.(Ed.), Madrid: Bailly-Bailliere é Hijos Editores, 1906. Disponível em <<<http://www.archive.org/stream/primeracrnica01sancgoog#page/n329/mode/1up>>> Acesso em: 18 jul. 2009.

REIS, J. E. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252 – 1284)**. Assis, 2007. 250f. Tese(Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

RUI, Adailson José. A elaboração da História na Idade Média: o exemplo de Alfonso X, o Sábio. In: BONI, Luiz Alberto de (org.) **A Ciência e a Organização dos Saberes na Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

\_\_\_\_\_. Livro **dos Castigos del Rey Sancho IV: ensinamentos para a arte de governar**. Revista Chrônidas. Goiânia:UFG, 2010, p.12-23, ISSN 1984-266X vol.07

*Recebido em 09/05/2014  
Aprovado em 25/06/2014*